



Ano Letivo: 2023-2024

CONSELHO GERAL

REUNIÃO N.º 2 / 23-24 (Extraordinária)

Aos catorze dias de mês de dezembro de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas e trinta minutos, por videoconferência (via MS Teams), deu-se início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Definição das Linhas Orientadoras para a Elaboração do Orçamento do Agrupamento para o ano 2024.
2. Definição das Linhas Orientadoras do Planeamento e Execução das Atividades no Domínio da ASE para o ano 2023-24.
3. Aprovação do Plano Anual de Atividades.
4. Aprovação dos critérios de avaliação do Diretor.

Estiveram presentes todos os elementos do Conselho Geral, com exceção da representante do pessoal docente Helena Martins; da representante dos pais e encarregados de educação Paula Ramalho; dos representantes da autarquia e dos membros cooptados Zulmira Martins (em representação do Centro Comunitário do Laranjeiro e Feijó) e Margarida Botelho. Por terem terminado o seu mandato, os alunos não se encontram representados até à nova eleição.

Confirmada a existência de *quorum*, a presidente deu início à reunião, colocando à votação as actas das reuniões de 18/05/2023 e de 25/10/2023, as quais foram aprovadas por unanimidade dos presentes nas respectivas reuniões. Os conselheiros concordaram igualmente que a presente ata, dado não se preverem mais reuniões para o mandato em curso, será lida e aprovada por via electrónica. Em virtude de a Secretária estar ausente, foi designada a conselheira Ana Prates para secretariar a presente reunião.

Os conselheiros aprovaram ainda um Voto de Agradecimento aos docentes e não docentes recentemente aposentados, o qual constitui um anexo à presente ata.

A presidente deu ainda informações sobre o andamento do processo eleitoral para o próximo mandato do Conselho Geral, lembrando que as eleições de todos os corpos eleitorais se realizarão no dia 19 de Dezembro do corrente, assim como a assembleia de pais e encarregados de educação com vista à designação dos respectivos representantes.

Cumprindo o **ponto um** da ordem de trabalhos, os conselheiros discutiram as Linhas Orientadoras para a Elaboração do Orçamento para 2024, com base no documento congénere aprovado para o ano transato. A conselheira Carminda Palreiro, representante do pessoal não docente, solicitou a palavra para fazer notar que muitas das verbas adstritas às linhas orientadoras já não são contempladas no Orçamento de Estado, tendo as mesmas transitado para a Câmara Municipal. Em resposta, o Diretor concordou com a conselheira, mas sustentou que nada obsta a que as necessidades sentidas sejam plasmadas nas linhas orientadoras do Orçamento. Passou-se, então à análise dos vários pontos do documento, constatando-se que a rede de internet Minedu está completamente ultrapassada, sendo urgente a sua atualização. A conselheira Paula Antunes, representante do pessoal docente, referiu que os telefones do ES Romeu Correia não estão a funcionar convenientemente, impossibilitando, nomeadamente, o contacto com os encarregados de educação. Sobre este assunto, o Diretor esclareceu que para solucionar o problema é necessário reformar toda a central telefónica, implicando, em virtude da transferência de competências, a intervenção da CMA. A este propósito, a conselheira Ana Paula Ferreira, representante do pessoal docente, deu nota de que o telefone da EB de Vale Flores também não funciona corretamente, assim como a campainha da porta de entrada. Em resposta, o Diretor informou que deverá a Coordenadora de Escola comunicar esse facto ao município. A conselheira Carminda Palreiro sublinhou novamente que só a CMA pode realizar contratos. Ainda assim, os conselheiros consideraram ser de incluir nas linhas orientadoras do orçamento o assegurar de verbas para a regularização das comunicações telefónicas com o exterior.

Terminada a discussão, e tendo em conta o quadro legal em vigor e as necessidades entendidas como prioritárias, foram aprovadas, por unanimidade, as Linhas Orientadoras para a Elaboração do Orçamento do Agrupamento para o ano de 2024.

No que respeita ao **ponto dois** da ordem de trabalhos, os conselheiros discutiram as Linhas Orientadoras do Planeamento e Execução das Atividades no Domínio da ASE, com base no documento congénere aprovado para o ano transato. Foi suscitada a questão do fornecimento de leite vegetal para os alunos que não podem consumir leite de origem animal, sendo que apenas este último é suportado por verba própria. O Diretor esclareceu que a solução encontrada pela CMA foi a de incluir o fornecimento de leite vegetal no Plano Anual de Atividades do Agrupamento.

No decurso da abordagem deste ponto da ordem de trabalhos, e a propósito dos bares e *buffets*, a conselheira Cesaltina Pita, representante do pessoal docente, lembrou que na EB da Alembrança o bar na sala de professores não está em funcionamento, o que impede os docentes de terem acesso a comida durante os intervalos, pois a deslocação ao bar dos alunos, no pavilhão polivalente, é

impraticável. Informou que ela própria e a coordenadora de escola já solicitaram ao Diretor a resolução deste problema, por exemplo, através da contratualização, com a empresa gestora, da inclusão de snacks na máquina de café já existente na sala de professores, uma vez que a máquina já contempla essa possibilidade. Em resposta, o Diretor referiu que, para intervir, teria de consultar o contrato de forma a verificar se tal situação é possível. A conselheira Ana Prates, representante do pessoal docente, propôs ainda outra solução, que passaria pela deslocação de uma das máquinas automáticas da ES Romeu Correia para a EB da Alemenbrança, até ser possível uma solução mais satisfatória. Ainda assim, o Conselho Geral deliberou *recomendar ao Diretor a aquisição de uma máquina de venda automática para a sala de professores da Escola Básica da Alemenbrança, ou a reconfiguração da existente, por forma a que sejam disponibilizados snacks e alimentos, dado não existir bar na respectiva sala de professores e sendo impraticável o recurso ao bar dos alunos. O Conselho Geral recomenda ainda que se consiga encontrar uma solução até final de Dezembro.*

Concluída a discussão, e com as alterações decorrentes da transferência de competências para o município, foram aprovadas por unanimidade as Linhas Orientadoras do Planeamento e Execução das Atividades no Domínio da ASE para o ano letivo de 2023-24.

Por esta altura, a conselheira Paula Antunes ausentou-se da reunião, por motivos pessoais imponderáveis.

Passando-se ao **ponto três** da ordem de trabalhos, os conselheiros analisaram a proposta de Plano Anual de Atividades enviada pelo Diretor, com o parecer positivo do Conselho Pedagógico. Neste âmbito, vários conselheiros intervieram no sentido de pedir esclarecimento sobre a recorrência da atividade «Dia do Pijama» no 1º Ciclo, tendo sido esclarecido que o referido dia assinala a importância do direito das crianças a terem uma família. A conselheira Paula Falcão, representante do pessoal docente, suscitou, porém, a questão de muitos alunos do ensino secundário se terem também apresentado nas aulas vestidos com pijamas, o que, no entender da conselheira, é inadmissível, porque inadequado ao contexto académico em que se inserem. Acrescentou que nas suas aulas não permite que os alunos se apresentem dessa maneira. No seguimento, solicitou a palavra a conselheira Anabela Respeita, representante dos pais e encarregados de educação, para lavrar um protesto quanto aos termos utilizados pela conselheira Paula Falcão em referência aos alunos, nomeadamente o termo «criaturas». Protestou, pois, a conselheira pelo facto de tal designação não respeitar os alunos na sua qualidade de pessoas, acrescentando ainda que impedi-los de vestirem o que entendem, num contexto específico, é uma limitação inaceitável da expressão da sua liberdade. Considerou que, enquanto representante dos pais e encarregados de educação, teria o dever de abandonar a reunião, caso a conselheira Paula Falcão continuasse a usar esse tipo de termos para se referir aos alunos. A conselheira Paula Falcão esclareceu que não se trata, de forma alguma, de desrespeito pelos alunos, mas de sublinhar que a aula é um espaço de trabalho onde nem tudo pode ser permitido. No uso da palavra, a conselheira Ana Prates referiu que a conselheira

Anabela Respeita tinha todo o direito de mostrar a sua indignação, não se podendo, no entanto, concluir que o uso do termo «criaturas» implica falta de respeito pelos alunos. Mais acrescentou que, no seu entendimento, a intervenção da conselheira Paula Falcão ia no sentido de chamar a atenção para o exagero e para o recurso desproporcionado a eventos temáticos recentemente promovidos pela Associação de Estudantes, como por exemplo, os alunos fazerem-se acompanhar de peluches na sala de aula, o que pode ser contraproducente para os próprios, que tendem a desviar a atenção daquilo que interessa verdadeiramente numa aula. Interveio a presidente, garantindo que o protesto da conselheira Anabela Respeita ficaria registado, mas assegurando que a conselheira Paula Falcão, ainda que usando, por vezes, uma linguagem mais “liberal”, é uma professora imensamente dedicada aos seus alunos e que, conhecendo-a, o termo empregue não pretende desrespeitá-los. Concordando com o teor da intervenção da conselheira Ana Prates, reforçou a existência de um problema com a quantidade de dias temáticos promovidos pela Associação de Estudantes, esclarecendo que os alunos não devem ir para a aula com peluches, alguns em tamanho real, ou ir mascarados para as aulas, como se verificou no Dia das Bruxas, ao ponto de não serem reconhecíveis. Pediu novamente a palavra a conselheira Anabela Respeita para mostrar a sua perplexidade pelo facto de a conselheira Ana Prates e a presidente terem intervindo em defesa da conselheira Paula Falcão. A conselheira Ana Prates pediu a palavra para reforçar que a sua intervenção não teve por objetivo a defesa da sua colega, mas sim o de sublinhar que o uso do termo em questão não significa desrespeito pelos alunos, no contexto em apreço.

Tomando a palavra, a conselheira Elsa Almeida, também representante dos pais e encarregados de educação, considerou que as atividades em causa têm, naturalmente, de ser autorizadas pela direcção, não podendo, porém, haver abusos, em particular no ensino secundário. Ainda que fora do tópico em discussão, aproveitou para referir que recentemente, e ao contrário do que sempre sucedera, uma professora se tinha recusado a falar com ela sobre uma questão relacionada com o seu educando, remetendo a comunicação para o diretor de turma. No seu entendimento, tal procedimento complica a resolução de problemas. Respondeu a presidente, esclarecendo que o normal e correcto é que, justamente, toda a comunicação com encarregados de educação passe pelo diretor de turma, que é quem tem legalmente essa competência e que, para esse feito, possui horas específicas para realizar esse trabalho, coisa que os restantes professores não têm. Se alguns professores se disponibilizam a falar directamente com os encarregados de educação, isso será uma opção sua, à qual não estão obrigados, e que, no seu entendimento, pode até constituir um precedente perigoso, dado o número de alunos e turmas que alguns professores têm.

O conselheiro José Morgado referiu que a função de diretor de turma é de grande importância, devendo este ter um papel mais interventivo na resolução de problemas, não se esgotando na mera transmissão de informações. Sobre o PAA, aproveitou também para referir, como já o fizera em ocasiões anteriores, que, olhando para o documento em análise, fica preocupado com a saúde e

equilíbrio mental dos professores, se tiverem de avaliar todas as atividades em função dos objetivos do Projeto Educativo. Considera que o PAA devia ser mais económico e mais enxuto, centrado naquilo que é essencial e que complementa a atividade normal. Nesse sentido, devia fazer-se um esforço para tornar o PAA num documento operacional ao serviço do Projeto Educativo. Tal como está concebido, o PAA parece ser um documento com o objectivo de mostrar trabalho, naquilo a que se poderia chamar um “agitação improdutivo”.

Tomando a palavra, o Diretor esclareceu que a razão pela qual o PAA lista todas estas atividades prende-se com o facto de se não estiverem incluídas no plano, as mesmas não se poderem realizar.

O conselheiro Bruno Loureiro solicitou a palavra para inquirir se o Agrupamento não desenvolvia atividades de âmbito social e comunitário. A conselheira Ana Prates respondeu que existem projectos nessa área, nomeadamente na área do voluntariado e solidariedade. A presidente esclareceu que seriam bem acolhidas propostas de colaboração ou pareceria com entidades que desenvolvem trabalho na área social e incentivou o conselheiro a fazê-lo, comprometendo-se a encaminhar as propostas apresentadas.

Terminada a discussão, e colocado à votação, o Plano Anual de Atividades do Agrupamento foi aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, ao cumprimento do **ponto quatro** da ordem de trabalhos e, dada a natureza da matéria em causa, o Diretor ausentou-se da reunião. A presidente apresentou uma proposta de critérios de avaliação do desempenho do Diretor com base nos critérios anteriormente aprovados e nos novos compromissos assumidos na sua Carta de Missão para o mandato em curso. A proposta foi aprovada por unanimidade e será posteriormente tornada pública, assim como a respectiva Ficha de Avaliação.

A encerrar a reunião, e considerando ser esta, em princípio, a última reunião deste mandato do Conselho Geral, a presidente agradeceu a todos os conselheiros, incluindo àqueles cujos mandatos terminaram há mais tempo, o trabalho realizado, que considerou ter sido muito positivo. Relembrou que foi um mandato repleto de imponderáveis, como a pandemia, o caso do amianto ou a luta dos professores, o que só veio acentuar o mérito do empenho dos conselheiros.

Agradeceu, em particular, aos conselheiros que não estarão disponíveis para o exercício de um novo mandato, nomeadamente ao conselheiro José Morgado, cujas reflexões, bom senso e simpatia foram uma mais-valia para o trabalho desenvolvido, bem como às suas colegas Cesaltina Pita e Paula Antunes, que considerou terem representado impecavelmente o pessoal docente e os interesses do Agrupamento. A presidente terminou a sua intervenção agradecendo ainda a colaboração de todos, incluindo do Diretor, na agilização do seu próprio trabalho, nomeadamente na paciência demonstrada para com todas as suas dúvidas, o que se traduziu na dignificação do órgão Conselho Geral, o qual, no seu entendimento, tem uma importante função reguladora, podendo ser proactivo em muitas matérias. Existindo ainda muita margem de aperfeiçoamento, concluiu a presidente, o

trabalho realizado foi, em última análise, num trabalho ao serviço dos alunos e de todos os que trabalham no Agrupamento.

Pedi a palavra a conselheira Ana Prates para agradecer o trabalho realizado pela presidente, que se pautou sempre por um grande rigor, sentido de responsabilidade e equilíbrio, considerando ser este o sentimento de todos os conselheiros. A conselheira Anabela Respeita interveio para corroborar as palavras da conselheira Ana Prates.

E nada mais havendo a tratar, a presidente deu por terminada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da lei.

A Presidente

A Secretária

(Teresa Antunes)

(Ana Prates)